

Rafael Calmon

Partilha de **BENS**

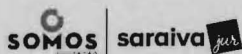
**NA SEPARAÇÃO, NO DIVÓRCIO E NA
DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL**

Aspectos materiais e processuais

2ª edição

2018

saraiva  *jur*



Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing

Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência

Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller

Editorial Roberto Navarro

Edição

Eveline Gonçalves Denardi (coord.)

Aline Darcy Flor de Souza

Produção editorial

Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital

Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva

Guilherme H. M. Salvador

Tiago Dela Rosa

Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Juliana Bojczuk Fermino

Keili Priscila Pinto

Marilia Cordeiro

Fernando Penteado

Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos

Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão

Microart Design Editorial

Comunicação e MKT

Carolina Bastos

Elaine Cristina da Silva

Capa

IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica

Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento

Gráfica Paym

Calmon, Rafael

Partilha de bens na separação, no divórcio e na dissolução da união estável : aspectos materiais e processuais / Rafael Calmon. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

Bibliografia

1. Partilha de bens matrimoniais - Brasil 2. Divórcio 3. Separação (Direito) I. Título.

17-1613

CDU 347.626.97(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Separação (Direito) : Partilha de bens : Brasil

347.626.97(81)

Data de fechamento da edição: 20-2-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604578 CAE 626081

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos.....</i>	9
<i>Lista de abreviaturas.....</i>	11
<i>Apresentação.....</i>	17
<i>Prefácio.....</i>	21
<i>Introdução.....</i>	23
 PARTE I – ASPECTOS MATERIAIS	29
 1 DAS UNIÕES FAMILIARES E SEUS EFEITOS PATRIMONIAIS	31
1.1 Breves considerações.....	31
1.2 Dos efeitos patrimoniais do casamento e da união estável.....	34
 2 DO REGIME DE BENS	38
2.1 Do estatuto normativo-patrimonial das uniões familiares.....	38
2.1.1 Do pacto antenupcial.....	41
2.1.2 Do contrato de convivência.....	42
2.2 Dos princípios informativos dos regimes de bens.....	44
2.3 Do regime primário de bens	45
2.4 Das normas dispositivas e imperativas dos regimes	52
 3 DAS NORMAS JURÍDICAS DOS REGIMES DE BENS E SEUS ATRIBUTOS	56
3.1 Breves considerações.....	56
3.2 Dos atributos das normas jurídicas.....	58
3.2.1 Especificamente sobre os atributos das normas jurídicas dos regimes de bens	61

4	DOS REGIMES COMUNITÁRIOS DE BENS	65
4.1	Breves considerações	65
4.2	Do regime da comunhão parcial de bens.....	67
4.3	Do regime da comunhão universal de bens	86
4.4	Situações especiais de comunicabilidade.....	89
4.5	Reflexão crítica ao entendimento de que a separação de fato dissolve o regime de bens	109
5	DA COMUNHÃO JURÍDICA NOS REGIMES COMUNITÁRIOS DE BENS	117
5.1	Breves considerações	117
5.1.1	Da relação e da situação jurídica.....	117
5.1.2	Das universalidades jurídicas.....	120
5.1.2.1	Do patrimônio jurídico.....	124
5.1.3	Da comunhão jurídica	127
5.1.3.1	Da comunhão jurídica ordinária	129
5.1.3.1.1	Do condomínio	130
5.1.3.2	Da comunhão jurídica específica dos regimes comunitários (mancomunhão)	137
6	DA INDIVISIBILIDADE PÓS-COMUNITÁRIA.....	153
6.1	Da indivisibilidade à indivisão	156
	PARTE II – ASPECTOS PROCESSUAIS.....	167
1	DO PROCESSO CIVIL EFETIVO E EFICIENTE.....	169
1.1	Breves considerações.....	169
1.2	Da técnica jurídica a serviço das ações de família	172
2	DA PARTILHA DE BENS SOB O SISTEMA TRADICIONAL .	175
2.1	Da efetivação das sentenças no plano jurídico	175
2.2	Da efetivação no plano fático.....	179
2.2.1	Da ação de partilha.....	182
2.2.2	Do arrolamento sumário	187

2.2.3	Das ações para divisão e alienação das coisas comuns..	187
2.2.3.1	Da ação de divisão da coisa comum (<i>actio communi dividundo</i>).....	188
2.2.3.2	Da ação para alienação da coisa comum.....	195
2.3	Reflexão crítica ao sistema tradicional.....	200
3	DAS AÇÕES DE FAMÍLIA NO CPC.....	205
3.1	Das inovações na fase de conciliação/mediação.....	207
3.2	Das inovações na fase contenciosa.....	210
4	DOS CONTRIBUTOS À EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE FAMÍLIA	216
4.1	Breves considerações.....	216
4.2	Dos contributos em espécie.....	221
4.2.1	Dos pedidos implícitos.....	221
4.2.1.1	Dos pedidos implícitos nas ações de divórcio e de reconhecimento de união estável.....	226
4.2.1.2	Das consequências jurídicas do acolhimento dos pedidos implícitos.....	228
4.2.2	Do julgamento antecipado parcial do mérito (CPC, art. 356).....	229
4.2.2.1	Das consequências jurídicas do julgamento antecipado parcial do mérito.....	233
4.2.3	Da adaptabilidade do procedimento.....	234
4.2.3.1	Das consequências jurídicas do emprego da adaptabilidade do procedimento.....	240
4.2.4	Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária..	241
4.2.4.1	Das consequências jurídicas da utilização dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	251
5	DA EFETIVAÇÃO DAS SENTENÇAS SOB O MODELO PROPOSTO: UM OUTRO MÉTODO PARA SE PROMOVER A PARTILHA DE BENS.....	254
6	SUGESTÕES DE LEGE FERENDA.....	273

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	281
ARTIGOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL APLICÁVEIS À MATÉRIA	284
<i>Referências.....</i>	<i>297</i>